

A RELAÇÃO ENTRE O MEIO RURAL E URBANIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES NA QUALIDADE DE VIDA

JOSÉ ROBERTO LAPIETRA DIOGO

Coordenador Educacional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP); Bacharel em Administração Rural pela Faculdade Cantareira.

Email:jrlapietra@ig.com.br

RESUMO

A caracterização da sociedade brasileira iniciou-se no meio rural. Nesse meio foi que se originaram as primeiras relações sociais e por meio dele que foram ditadas as formas de produção e consumo, além do financiamento das cidades. A pretensão deste artigo é mostrar a evolução das relações de trabalho na agricultura brasileira para diagnosticar, ao longo do tempo, a forma que evoluíram, ou seja: como seus processos de produção, suas relações de classes, e sua mecanização da produção se alteraram e culminaram com o que temos hoje.

A formação das cidades e passado o tempo, as novas conceituações entre rural e urbano, mediante o que compreendemos sobre a dialética do trabalho, do convívio social e da caracterização do espaço. Além disso, a nova concepção do que é trabalho agrícola e onde e como estão localizados e distribuídos. Como essa mescla de conceituações pode afetar na qualidade de vida das pessoas é igualmente apresentado.

ABSTRACT

The brazilian society characterization began at the rural environment in which the first social relations started, guiding the cities production, consumption and financial manners. This article intends to point out the evolution of work relations in brazilian agriculture to diagnose how they improved: the altering and joining of production process, class relations and production mechanization that we have nowadays.

The organization of cities and after time passed the new concept between rural and urban environments, based on what we understand about work dialect, social life and the space characterization. Besides, there is the new concept of agricultural work and how they are distributed. Also, it is presenting how this mix of concepts can affect people's life quality.

PALAVRAS-CHAVES: Sociologia rural, urbanização, trabalho rural, qualidade de vida.

BREVE HISTÓRICO DO MEIO RURAL

A relação do homem com a terra e o meio natural é quase inerente ao ser humano e é no meio rural que ela se caracteriza de forma mais direta. Além disso, as relações sociais básicas foram criadas na propriedade camponesa. “De todas as comunidades, a constituição social dos distritos rurais é a mais individual e a que relação mais íntima mantém com determinados fatos históricos”¹. A formação rural do Brasil é bastante peculiar. Somos um país de colonização de exploração, tendo então a posse da terra relacionada à divisão feita com base nas capitâneas hereditárias. Tal divisão é o início da nossa precária distribuição de terras: os grandes latifúndios conferidos a nobres portugueses.

Durante muito tempo, o que se caracterizou como sociedade brasileira era a que identificava o meio rural, uma vez que os poderosos, mandatários e consumidores em potencial lá se encontravam; pois as cidades ainda se constituíam e sua vida ainda era incipiente. Foi justamente no meio rural onde se formou nossa sociedade, lá se formaram as primeiras relações entre grupos. Constituiu, assim, a fazenda o elemento básico de implementação da cultura portuguesa e inicialmente patronal no Brasil, uma vez que a relação era eminentemente escravista. “A forma pela qual a terra é distribuída torna-se de importância decisiva para diferenciação da sociedade e para todas as condições econômicas e políticas do país”². Da criação sucessiva desses núcleos resultou a expansão do Brasil, não só geográfica, mas igualmente demográfica, com o crescimento da população. “As relações entre as classes de trabalhadores rurais e patrões eram muito frágeis”³.

A formação das cidades inicia-se com a instalação da máquina administrativa nas capitais e, conseqüentemente, a formação de uma modesta, mas

¹ WEBER, M. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: _____. **Ensaio de sociologia e outros escritos**. São Paulo: Abril Cultura, 1974, p. 95. (Os Pensadores)

² WEBER, M. op cit, p. 96.

³ VIANNA, O. **História social da economia capitalista no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1988, p. 132.

crecente, rede de comércio e serviços para suprir tal lugar. Não somente as capitais, como também aquelas de regiões em expansão agrícola.

Como cita Singer⁴, a produção agrícola no Brasil quase sempre se encontrava concentrada numa área restrita do território: no Nordeste, durante os séculos XVI e XVII; na região das Minas, no século XVIII; e no interior paulista, a partir do final do século XIX, de acordo com o tipo de produto solicitado pelo mercado mundial.

PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Analisando alguns textos que versam sobre mão-de-obra agrícola, podemos acompanhar como a modernização da agricultura vem mudando as relações de trabalho e a quantidade de pessoas empregadas. Como verifica Müller⁵, em 1970, os países desenvolvidos empregavam entre 3 e 8% de sua mão-de-obra na agricultura, e a participação da produção agrícola na produção total era, em média, de 8%; viviam no início da chamada agricultura industrializada, com suas atividades organizadas de forma capitalista. O trabalho agrícola subordinou-se ao capital industrial e financeiro no contexto da propriedade privada da terra. No mesmo ano de 1970, no Brasil tínhamos 45% da população economicamente ativa ligada a agricultura e 11% da renda total do país. Contudo, ocorre que no Brasil a modernização é localizada: existe desigualdade na difusão do progresso técnico, vinculados muitas vezes a interesses sociais associados às atividades agrícolas. Verifica-se, assim, que a industrialização do campo foi parcial; segundo produtos, regiões e estratos de produtores. acelera-se, com isso, o êxodo rural devido aos altos custos dos insumos, solos exaustos, à falta de crédito e ao nível técnico, fatores que expulsam os pequenos produtores, , como foi o caso da cana.

⁴ SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971. p. 21.

⁵ MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: EDUC-PUC, 1989.

A dinâmica da agricultura no próprio meio rural é determinada por outras atividades, tornando-se uma dentre as muitas dimensões da sociedade e do espaço. O capitalismo agrícola tende a uma lenta e gradual subordinação à indústria⁶. A família camponesa, por vezes, orienta a mão-de-obra para atividades não agrícolas em definitivo ou mesmo para complementação de renda em dados períodos, prática chamada de *pluriatividade*, exemplo disso são alguns empregos autônomos no meio urbano conciliados a atividades rurais sazonais (haja vista a colheita de várias culturas, cujo custo é muito alto e se pode utilizar mão-de-obra pendular), ou ainda, tais famílias dedicam-se à confecção de artesanato.

Mediante as alterações e evoluções, provocadas pelo uso intensivo da tecnologia no campo, as formas de ocupação da mão-de-obra rural foram drasticamente alteradas, ao longo das últimas décadas. Temos produtores rurais vivendo nas cidades e deslocando-se até seu emprego/propriedade, como também pessoas do meio rural envolvidas com atividades não agrícolas. Além disso, a maioria das ocupações complementares das famílias agrícolas é de baixa qualificação.⁷

Com a tecnologia cada vez mais crescente, a necessidade de mão-de-obra é cada vez menor, para um rendimento igual ou, geralmente, até superior.

Assim sendo, a ocupação da mão-de-obra nos diversos estratos da agricultura: da patronal, mecanizada e tecnificada, produtora de *commodities* exportáveis, até a agricultura familiar, integrada ou não à indústria, que apresenta uma vitalidade social muito maior, é um tema que merece ainda pesquisas e levantamentos; pois só assim poderemos propor políticas de investimentos e de produção para solucionar diversos problemas como emprego, produção e minorar dilemas sociais nas grandes cidades, conseguindo desviar parte do contingente economicamente ativo para áreas menos densas do país.

⁶ SCHNEIDER S. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de ciências sociais*. São Paulo: ANPOCS, vol.18, n.51, 2003.

⁷ KAGEYAMA, A. *Os rurais e os agrícolas de São Paulo no censo de 2000*. Campinas, 2003.

FORMAÇÃO DAS CIDADES – URBANIZAÇÃO

A característica exportadora da agricultura brasileira originou consigo uma onda de desenvolvimento também para as incipientes cidades. Como ilustra Singer⁸ sobre o exemplo da cafeicultura: “à medida que a exportação de café aumenta, a receita aumenta, possibilitando ao governo estadual empreendimentos para a agricultura, que favorecem também o desenvolvimento industrial, facilitando, inclusive, a imigração” (para que fossem ocupados postos na indústria e também em algumas lavouras específicas), sem contar, ainda, a construção de estradas de ferro. É na dependência das lavouras, como já citamos anteriormente, que as cidades crescem e se desenvolvem. Instalam-se bancos, para financiar os cafezais, necessita-se também de produção para a nova sociedade, voltada para o mercado interno. A industrialização é acelerada pelo êxodo rural que se torna mais intenso, a partir da década de 1930, baseado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento da produtividade do trabalhador e (ii) integração da agropecuária à indústria⁹. A aceleração da urbanização no Brasil é intensificada no governo de Getúlio Vargas, cujas ações políticas visavam à modernização do país com medidas sociais e econômicas, baseadas, principalmente, em maciços investimentos na industrialização. Junte-se a isso a fase da explosão demográfica, entre os anos de 1940 a 1970. Tais processos aliados intensificaram o ritmo de crescimento urbano.

Só para se ter uma idéia da rápida urbanização¹⁰, no sentido histórico, em 1860, São Paulo ainda era uma cidade modesta, com 15.200 habitantes, dos quais 46% ainda viviam na região rural do município; diferente da cidade do Rio de Janeiro, com agricultura nos municípios circunvizinhos.

“Uma das características marcantes da urbanização brasileira é a chamada macrocefalia, ou seja, o crescimento acelerado dos grandes centros urbanos e a

⁸ Cf. : SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1971.

⁹ SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

¹⁰ SINGER, P. op cit, p.31.

diminuição progressiva da população relativa das pequenas cidades”¹¹. Além disso, existia, principalmente nesse momento de explosão demográfica, uma grande falácia na mente das pessoas de outras regiões que a cidade grande poderia gerar melhor condição de emprego e renda para todos. Temos, dessa forma, uma decepção e conseqüente conformação com a situação de exclusão. “Como nos demais países da América Latina, o crescimento demográfico não foi acompanhado do correspondente crescimento econômico. Não houve, por exemplo, um processo simultâneo de desenvolvimento e geração de empregos e de mudanças estruturais para absorver os contingentes da população” e “a ausência de reformas sociais, tanto no campo, quanto na cidade tem agravado os problemas destas últimas, expandindo suas mazelas até mesmo para aquelas de pequeno porte”¹².

A rapidez com que as cidades se formaram e cresceram tornaram a vida cada vez mais difícil e selvagem no âmbito social. “Na segunda metade do século XX, o número de pessoas nos centros urbanos mais que duplicou e, em decorrência disso, as demandas por infra-estrutura, moradia, transporte, também cresceram consideravelmente, muito mais a que a capacidade atual das cidades atenderem-nas”¹³.

“As cidades multiplicaram-se de forma nunca ocorrida anteriormente, em número, tamanho da população áreas ocupadas, e complexidade dos impactos sobre os locais onde elas vieram a se assentar”¹⁴. Nessas condições, encontramos campo para a discussão da viabilidade dessas cidades que são verdadeiros contínuos de terra ocupada por bolsões cada vez maiores de pobreza.

¹¹ ROSSATO, R. Cidades brasileiras: a urbanização patológica. *Ciência & ambiente*, Santa Maria, RS, n. 7, 1993.

¹² ROSSATO, P. op cit, p. 29

¹³ BREMER, U. F. **Rumo as cidades sustentáveis**. Disponível:<<http://www.agirazul.com.br>>. Acesso em: 25 out. 2002.

¹⁴ FRANCO, R. M. Principais problemas ambientais municipais e perspectivas de solução. In.: PHILIPPI JR., A.; MAGLIO, I.C.; COIMBRA, J. A. (Ed.) et. al. **Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da Gestão Ambiental no Brasil**. São Paulo: ANAMMA, 1999.

RECONCEITUAÇÃO DO TERMORURAL

Com o passar dos anos, passou-se a questionar as nomenclaturas de localidades rurais, populações rurais e atividades rurais. A visão do mundo rural é definida pela regra brasileira que identifica como urbana toda e qualquer sede de município. Criada no Estado-Novo, o decreto lei 311/38, regula a oficialidade dos números da população brasileira. Dessa forma, no ano 2000, o Brasil alcança a cifra de 81,2% de urbanização. Para Veiga, “é preciso observar que o rural não pode ser identificado exclusivamente como o que está fora do perímetro urbano dos municípios brasileiro, muito menos com as atividades exclusivamente agropecuárias”¹⁵. É interessante perceber como essa discussão faz muito sentido, pois não cabe vivermos com as definições determinadas por um decreto-lei. Temos, sim, que verificar o quanto essas novas afirmações cabem em nosso contexto. Ainda segundo Veiga, “O rural é necessariamente territorial e não setorial como os programas governamentais insistem em propor e executar”¹⁶. Assim, o autor citado considera como rurais municípios de pequeno porte, ou seja, aqueles que possuem até 50 mil habitantes e menos de 80 hab./Km², e de médio porte aqueles com população entre 50 a 100 mil habitantes. De acordo com esses critérios, o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, onde residem, aproximadamente, 30% da população brasileira.

Em certa medida, concordamos com tais números. Vejamos, a seguir, alguns comparativos:

¹⁵ VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002

¹⁶ VEIGA, J. E., op. cit. p. 11, 2002.

Tabela 1.1 - População Urbana do Brasil (IBGE)

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Taxa Urbanização %
1940	41.263.315	12.880.182	28.383.133	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506	36,16
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423	44,67
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053	55,92
1980	119.002.706	80.436.409	38.566.297	67,59
1991	146.917.459	110.875.826	36.041.633	75,86

FONTE: IBGE – *Censos Demográficos e Resultados Preliminares de 1991.*

Tabela 1.2 - Nova forma de definição rural-urbano. Tamanho dos Municípios.

Tamanho	Nº Habitantes	Dens. Demográfica
Pequeno	até 50.000	< 80 hab/Km
Médio	50.000 até 100.000	>80 hab/Km
Grande	mais que 100.000	Indiferente

FONTE: (Adap.) VEIGA, *Cidades Imaginárias*, 2002

Seguindo essas exposições, teríamos:

Tabela 1.3 - Números do Mundo Rural Brasileiro, 2002.

Nº de Municípios	4485
Habitantes	52.000.000
População	30%
Quant. Municípios	80%
Recursos Naturais e Terrestres	95%

FONTE: (Adap.) VEIGA, *Cidades Imaginárias*, 2002

Nessa questão, insere-se também o fato de que o rural não é somente e essencialmente agropecuário. “A grande fonte de crescimento das regiões rurais contemporâneas é cada vez menos agrícola e, cada vez mais, sua capacidade de

valorizar a biodiversidade, o patrimônio paisagístico e as possibilidades de vida social ali existentes”¹⁷. Evidentemente, compreendemos que, quanto mais tecnologia empregada na produção agropecuária – plantio e colheita com máquinas de tecnologia avançada, computadores e até sonares – menor a quantidade de mão-de-obra. “É bem verdade que a agricultura ocupa menos gente e participa com parcela sempre menor na formação da riqueza social (...). As funções convencionais de fornecimento de matéria-prima e mão-de-obra são cada vez menos importantes; uma boa relação com a natureza, relação com as cidades e, o mais importante, uma relação dos habitantes entre si, que pode ser definida pela economia da proximidade, por um conjunto de laços sociais que valorizem relações diretas de interconhecimento”¹⁸.

QUALIDADE DE VIDA

“Qualidade de vida pode ser utilizada como um conceito unificador que permite relacionar as necessidades humanas, os ambientes individuais e sociais ao desenvolvimento humano (...) dentro desses aspectos, a questão maior, a nosso ver, que está imbricada na temática da discussão de ambiente e qualidade de vida, é a questão da cidadania, principalmente quando tratamos de ambiente transformado, de uma estrutura sociocultural deteriorada, de carências básicas não resolvidas, sem contar com um panorama político econômico pouco animador”¹⁹.

Criou-se um *modus vivendi* característico nas metrópoles: se no universo rural o contato e a aproximação são uma constante, mantendo o tecido social ativo e as relações amenas, nas cidades grandes se criou um isolamento, um individualismo muito forte. O tempo que se gasta com transporte, por exemplo, além de ser fator de desgaste físico, deixa de ser um horário agradável de iniciar ou finalizar o dia. A violência fez com que o medo se instaurasse e trouxesse à tona

¹⁷ VEIGA, J.E. op. cit., p. 120, 2002.

¹⁸ ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

¹⁹ BARBOSA, S.R.C. S. Qualidade de vida e ambiente: uma temática em construção. In: _____ A *temática ambiental e a pluralidade do ciclo de Seminários do NEPAM*. Campinas: NEPAM, 1998.

uma sociedade medrosa e apreensiva. “Existe nas cidades um ‘ambiente inumano’: metrópoles inchadas, despersonalizadas, agressivas, cheias de seres deprimidos e sem perspectivas”²⁰.

CONCLUSÕES

São muitas as variáveis que compõem as novas conceituações entre rural e urbano no Brasil e no mundo. As sugestões que seguem seriam a de injetar maciçamente investimentos no desenvolvimento rural, entendido como aquele capaz de oxigenar as mesorregiões do país, não um plano eminentemente agrário. A povoação de áreas menos densas do que as metrópoles exigiriam menos investimento em estrutura, e o desenvolvimento seria mais equilibrado através do território. “A economia rural está sempre integrada a uma cidade, e a economia regional, combinação de uma cidade e seu entorno rural, é o contexto adequado para compreender o desenvolvimento rural.”²¹

“Um país com áreas urbanas compostas de poucas megalópoles, ou de muitas cidades pequenas, não permitiria o desenvolvimento generalizado dos mercados regionais. Ao contrário, um país com áreas urbanas compostas de muitas cidades de tamanho médio geraria condições favoráveis para o desenvolvimento dos mercados e, portanto, para o desenvolvimento rural. Certamente, a urbanização ajudaria o desenvolvimento rural, mas não qualquer urbanização, e, sim, aquela geograficamente descentralizada.”²²

²⁰ FRANCO, R.M. op cit, p. 28.

²¹ FIGUEROA, Hacia um nuevo enfoque sobre el desarrollo rural em America Latina. In: KAGEYAMA, A. **Os rurais e os agrícolas de São Paulo no censo de 2.000**. Campinas, 2.003

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BARBOSA, S. R. C. S. Qualidade de vida e ambiente: uma temática em construção. In: _____ **A temática ambiental e a pluralidade do ciclo de Seminários do NEPAM**. Campinas: NEPAM, 1998.

BREMER, U. F. **Rumo as cidades sustentáveis**. Disponível: <http://www.agirazual.com.br> > Acesso em: 25 out. 2002.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: _____. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

DIÉGUES JR., M. Populações rurais brasileiras. In.: SZMREZANY, T.; QUEDA, O. (Org.) **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1979. p. 121-131.

FRANCO, R. M. Principais problemas ambientais municipais e perspectivas de solução. In.: PHILIPPI JR., A.; MAGLIO, I.C.; COIMBRA, J. A. (Ed.) et. al. **Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da Gestão Ambiental no Brasil**. São Paulo: ANAMMA, 1999.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

KAGEYAMA, A. **Os rurais e os agrícolas de São Paulo no censo de 2.000**. Texto para discussão IE/UNICAMP nº112. Campinas, 2.003.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F.C.T. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAIMON, D. **Ensaio sobre economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: APED, 1992.

MORIN, E. **O método II: a vida da vida**. Mira-Sintra: Europa-América, 1989.

_____.; NAIRS, S. **Uma política de civilização**. São Paulo: Instituto Piaget, 1998.

²² FIGUEROA, op cit, p. 8

- MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Educ-PUC, 1989.
- PRIMAVESI, A . M. **Agroecologia, ecosfera e tecnosfera**. São Paulo: Nobel, 1997.
- ROSSATO, R. Cidades brasileiras: a urbanização patológica. **Ciência & ambiente**, Santa Maria, RS, n. 7, 1993.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SCHNEIDER, S. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de ciências sociais**. São Paulo: ANPOCS, vol.18, n.51, 2003.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.
- VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- _____. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- VIANNA, O. **História social da economia capitalista no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1988.
- WEBER, M. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In.: _____ . **Ensaios de sociologia e outros escritos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 95 -113. (Os Pensadores).